SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.747.410/0001-40

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 30 de junho de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em junho de 2018 o total de ativos atingiu R$ 204,4 milhões (R$ 145,2 milhões em 2017), representados, basicamente, por operações de crédito no montante de R$ 173,4 milhões (R$ 149,5 milhões em 2017) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R$ 78,6 milhões (R$ 79,2 milhões em 2017). No semestre, a SAX alcançou lucro de R$ 19,7 milhões (R$ 22,1 milhões em 2017) e seu patrimônio líquido é de R$ 86,4 milhões (R$ 94,0 milhões em 2017). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br. São Paulo, 10 de agosto de 2018. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e de 2017 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		**202.306**	**143.261**
Disponibilidades	4	161	159
Aplicações interfinanceiras de liquidez		50.207	5.339
Aplicações no mercado aberto	5	50.207	5.339
Operações de crédito		131.094	113.681
Setor privado	6.a	172.284	148.542
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(41.190)	(34.861)
Outros créditos		20.844	24.082
Rendas a receber	7	830	998
Crédito Tributário	7	6.857	6.352
Diversos	7	13.157	16.732
Realizável a longo prazo		**1.890**	**1.741**
Operações de crédito		1.074	1.029
Setor privado	6.a	1.094	1.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(20)	(9)
Outros créditos		760	712
Crédito Tributário	7	760	712
Outros Valores e Bens		56	-
Despesas Antecipadas	7	56	-
Permanente		**246**	**148**
Imobilizado de uso	8	25	34
Outras imobilizações de uso	8	256	246
(Depreciações acumuladas)	8	(231)	(212)
Intangível	8	221	114
Ativos intangíveis	8	1.524	1.365
(Amortização acumulada)	8	(1.303)	(1.251)
Total do Ativo		**204.442**	**145.150**

PASSIVO	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		**78.673**	**49.033**
Depósitos		52.397	18.251
Depósitos Interfinanceiros	9	52.397	18.251
Outras obrigações		26.276	30.782
Fiscais e previdenciárias	12.a	16.207	19.627
Sociais e estatutárias	14.b	4.682	5.240
Diversas	12.b	5.387	5.915
Exigível a longo prazo		**39.336**	**2.103**
Recursos de aceites		37.571	181
Obrigações por emissões de letras financeiras	10	25.772	181
Obrigações por emissões de letras câmbio	11	11.799	-
Outras obrigações		1.765	1.922
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		87	99
Diversas	12.b	1.678	1.823
Patrimônio líquido		**86.433**	**94.014**
Capital social	14	69.000	69.000
Reservas de lucros		17.433	25.014
Total do Passivo		**204.442**	**145.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 *(Em milhares de reais - R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Especiais de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**69.000**	**7.346**	**26.453**	**-**	**102.799**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	22.062	22.062
Dividendos distribuídos		-	-	(25.607)	-	(25.607)
Destinações:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.103	-	(1.103)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	15.719	(15.719)	
Dividendos propostos (R$0,5268 por ação)	14.b	-	-	-	(5.240)	(5.240)
Saldos em 30 de junho de 2017		**69.000**	**8.449**	**16.565**	**-**	**94.014**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**69.000**	**9.406**	**18.208**	**-**	**96.614**
Lucro líquido dos semestre		-	-	-	19.713	19.713
Dividendos distribuídos		-	-	(18.206)	-	(18.206)
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente	14.d	-	-	(7.006)	-	(7.006)
Destinações:						
Reserva legal		-	986	-	(986)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	14.045	(14.045)	-
Dividendos propostos (R$ 0,4707 por ação)	14.b	-	-	-	(4.682)	(4.682)
Saldos em 30 de junho de 2018		**69.000**	**10.392**	**7.041**	**-**	**86.433**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 *(Em milhares de reais - R$)*

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		**79.836**	**80.323**
Operações de crédito	16.a	78.598	79.176
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.b	1.238	1.147
Despesas da intermediação financeira		**(25.333)**	**(20.052)**
Operações de captação no mercado	16.c	(2.483)	(642)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.g	(22.850)	(19.410)
Resultado bruto da intermediação financeira		**54.503**	**60.271**
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	16.d	8.460	9.024
Despesas de pessoal	16.e	(2.101)	(2.088)
Outras despesas administrativas	16.f	(20.062)	(21.994)
Despesas tributárias	16.g	(4.294)	(4.069)
Outras receitas operacionais		490	-
Outras despesas operacionais	16.h	(1.518)	(1.010)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**35.478**	**40.134**
Imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda	15	(8.566)	(10.455)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	15	(6.863)	(8.374)
Ativo fiscal diferido	15	(336)	757
Lucro Líquido do Semestre		**19.713**	**22.062**
Lucro líquido por ação - R$		**1,98**	**2,22**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 *(Em milhares de reais - R$)*

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no semestre antes da tributação e das participações	**35.478**	**40.134**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.850	19.410
Provisão para riscos contingentes	(115)	977
Depreciação e amortização	36	21
Ativo fiscal diferido	336	757
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(15.429)	(18.829)
	43.156	**42.470**
Aumento (redução) em ativos e passivos:		
Operações de crédito	(34.597)	(36.368)
Outros créditos	(9.141)	(16.036)
Depósitos interfinanceiros	16.613	10.094
Outras obrigações	13.764	30.489
Recursos e aceites	37.383	12
Caixa gerado nas operações	**67.178**	**30.661**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.970)	(14.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**59.208**	**16.361**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no ativo intangível	(54)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54)	(100)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(35.000)	(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.000)	(30.000)
Variação líquida dos fluxos de caixa	**24.154**	**(13.739)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	26.214	19.237
No fim do semestre	50.368	5.498
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**24.154**	**(13.739)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (*Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa, que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilitará ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 30 de junho de 2018, não há operações atreladas ao contrato. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 01 -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 03 -** Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 05 -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10 -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23 -** Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24 -** Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3973/11; • **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 33 -** Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018 foi concedida pela Administração em 10 de agosto de 2018. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "*pro rata die*" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravo para alguns "*ratings*" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e. Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período. **f. Outros ativos e passivos circulante e realizável longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "*pro rata die*". **g. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do semestre. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h. Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*.". **k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza, ocorridos nos últimos 6 meses. O limite máximo de provisão é de R$ 4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos, separados por ações diretas e/ou de terceiros, nos últimos 12 meses. • Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R$ 120 no semestre. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 15. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **m. Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	161	159
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.207	5.339
Total	**50.368**	**5.498**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações no mercado aberto, em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão compostas como segue:

	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional	-	5.339
Notas do Tesouro Nacional - Série B	50.207	-
Total	**50.207**	**5.339**

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento taxa de 6,25% a.a. (10,00% a.a. em 30 de junho de 2017). **6. Operações de crédito:** As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão assim sumarizadas: **a. Por operação**

Descrição	2018	2017
Empréstimo pessoal	165.632	142.209
Empréstimo consignado	7.746	7.371
Total	**173.378**	**149.580**

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2018 Valor	2018 % sobre total	2017 Valor	2017 % sobre total
Parcelas a vencer				
Até 30 dias	26.653	15,37	23.695	15,84
De 31 a 60 dias	21.658	12,49	19.133	12,79
De 61 a 90 dias	17.889	10,32	15.807	10,57
De 91 a 180 dias	35.426	20,43	31.121	20,81
Acima de 180 dias	23.324	13,45	21.125	14,12
Parcelas vencidas				
Até 30 dias	8.923	5,15	7.233	4,84
De 31 a 60 dias	6.612	3,81	4.947	3,31
De 61 a 90 dias	5.913	3,41	4.539	3,03
De 91 a 120 dias	5.200	3,00	4.070	2,72
De 121 a 150 dias	4.918	2,85	3.935	2,63
De 151 a 180 dias	4.301	2,48	3.423	2,29
De 181 a 240 dias	6.717	3,87	5.597	3,74
De 241 a 300 dias	4.198	2,42	3.547	2,37
De 301 a 360 dias	1.646	0,95	1.408	0,94
Total	**173.378**	**100,00**	**149.580**	**100,00**

c. Concentração das operações

	2018	2017
Dez maiores devedores	312	480
Cinquenta seguintes maiores devedores	552	584
Cem seguintes maiores devedores	664	597
Demais clientes	171.850	147.919
Total	**173.378**	**149.580**

d. Composição por vencimento das parcelas

	2018 Valor	2018 % da carteira	2017 Valor	2017 % da carteira
A vencer até 3 meses	66.200	38,18	62.285	41,64
A vencer de 3 a 12 meses	57.656	33,26	51.208	34,23
A vencer de 1 a 3 anos	1.087	0,63	1.022	0,68
A vencer acima de 3 anos	7	0,00	16	0,01
Vencidos acima de 14 dias	48.428	27,93	35.049	23,44
Total	**173.378**	**100,00**	**149.580**	**100,00**

e. Composição por atividade econômica - setor privado

	2018 Valor	2018 % da carteira	2017 Valor	2017 % da carteira
Pessoas físicas	173.378	100,00	149.580	100,00
Total	**173.378**	**100,00**	**149.580**	**100,00**

f. Composição da carteira por nível de risco

"Rating"	Provisão mínima-%	2018 Carteira	2018 Provisão Mínima	2018 Provisão Adicional	2018 Total	2017 Carteira	2017 Provisão Mínima	2017 Provisão Adicional	2017 Total
A	0,5	104.976	525	-	525	96.590	483	-	483
B	1	6.796	68	-	68	6.214	62	-	62
C	3	8.224	247	-	247	5.911	177	-	177
D	10	7.931	793	-	793	5.676	568	-	568
E	30	6.916	2.075	2.420	4.495	4.968	1.491	2.603	4.094
F	50	6.640	3.320	1.328	4.648	5.323	2.661	2.140	4.801
G	70	5.850	4.095	293	4.388	4.089	2.862	1.014	3.876
H	100	26.045	26.046	-	26.046	20.809	20.809	-	20.809
Total		**173.378**	**37.169**	**4.041**	**41.210**	**149.580**	**29.113**	**5.757**	**34.870**

A Sax constituiu, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica. Tais provisões foram concentradas exclusivamente nos níveis de classificação E, F e G, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	**38.401**	**35.128**
Constituição / (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.850	19.410
Baixas de títulos incobráveis	(20.041)	(19.668)
Saldo final	**41.210**	**34.870**

h. Recuperação de créditos: Os recebimentos de operações recuperadas no semestre totalizaram o montante de R$ 3.928 (R$ 10.874 em 2017). Do montante recuperado há R$ 1.874 referente a cessão de crédito realizada em 20 de março de 2018, a qual celebrou contrato de cessão de operações de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios junto ao Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados no montante de R$ 37.474. A receita reconhecida no período está registrada na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Operações de crédito". **7. Outros créditos e outros valores e bens:** Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão representados por:

	2018	2017
Créditos tributários (*)	7.617	7.064
Adiantamentos e antecipações salariais	89	100
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	(66)	670
Imposto de renda a compensar	7.218	8.574
Contribuição social a compensar	4.682	6.375
Outros	2.064	2.011
Despesas antecipadas	56	-
Total	**21.660**	**24.794**
Ativo circulante	20.844	24.082
Ativo realizável a longo prazo	816	712
Total	**21.660**	**24.794**

(*) Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2018
Imposto de renda				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.835	702	(746)	3.791
Outras adições temporárias	585	50	(199)	436
	4.420	**752**	**(945)**	**4.227**
Contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.102	561	(597)	3.066
Outras adições temporárias	431	53	(160)	324
	3.533	**614**	**(757)**	**3.390**
Total	**7.953**	**1.366**	**(1.702)**	**7.617**

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2017
Imposto de renda				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.161	3.515	(3.158)	3.518
Outras adições temporárias	342	340	(268)	414
	3.503	**3.855**	**(3.426)**	**3.932**
Contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.563	2.845	(2.574)	2.834
Outras adições temporárias	241	239	(182)	298
	2.804	**3.084**	**(2.756)**	**3.132**
Total	**6.307**	**6.939**	**(6.182)**	**7.064**

A Sociedade, com base em suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis no prazo máximo de 1 ano para crédito provenientes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e até 5 anos para provisão para causas judiciais. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa de captação média de 10,73% da Sociedade é de R$ 6.800 (R$ 6.273 em 2017). **8. Imobilizado e intangível:** Em 30 de junho de 2018 e 2017 está assim representado:

Descrição	Taxa anual de depreciação %	2018 Custo	2018 Depreciação acumulada	2018 Valor líquido	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Valor líquido
Imobilizado							
Móveis e utensílios	10	32	(29)	3	32	(26)	6
Instalações	10	2	(1)	1	2	(2)	-
Hardware	20	222	(201)	21	212	(184)	28
Total		**256**	**(231)**	**25**	**246**	**(212)**	**34**

Descrição	Taxa anual de amortização %	2018 Custo	2018 Amortização acumulada	2018 Valor líquido	2017 Custo	2017 Amortização acumulada	2017 Valor líquido
Intangível							
Software	20	1.524	(1.303)	221	1.365	(1.251)	114
Total		**1.524**	**(1.303)**	**221**	**1.365**	**(1.251)**	**114**

9. Depósitos interfinanceiros: Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
10/05/2017	06/11/2017	117,5%	-	8.136
26/05/2017	22/11/2017	122,8%	-	10.115
18/07/2017	18/07/2018	126,50%	13.053	-
06/11/2017	01/11/2018	129,90%	8.442	-
22/11/2017	19/11/2018	122,80%	15.723	-
08/05/2018	08/05/2019	100% + 190% a.a	15.179	-
Total			**52.397**	**18.251**

10. Obrigações por emissões letras financeiras: Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
03/03/2016	05/03/2018	110%	-	181
15/02/2018	17/02/2020	123%	25.772	-
Total			**25.772**	**181**

11. Obrigações por emissões letras de câmbio: Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão compostas como segue:

Data da emissão	Data do vencimento	Taxa CDI	2018	2017
13/06/2018	15/06/2020	120%	50	-
14/06/2018	15/06/2020	120%	738	-
15/06/2018	15/06/2020	120%	113	-
18/06/2018	18/06/2020	120%	394	-
19/06/2018	19/06/2020	120%	220	-
20/06/2018	22/06/2020	120%	167	-
21/06/2018	22/06/2020	120%	233	-
22/06/2018	22/06/2020	120%	191	-
25/06/2018	25/06/2020	120%	431	-
26/06/2018	26/06/2020	120%	23	-
27/06/2018	29/06/2020	120%	99	-
28/06/2018	29/06/2020	120%	267	-
29/06/2018	29/06/2020	120%	283	-
13/06/2018	14/06/2021	123%	233	-
14/06/2018	14/06/2021	123%	502	-
15/06/2018	15/06/2021	123%	378	-
18/06/2018	18/06/2021	123%	623	-
19/06/2018	21/06/2021	123%	720	-
20/06/2018	21/06/2021	123%	560	-
21/06/2018	21/06/2021	123%	933	-
22/06/2018	22/06/2021	123%	1.514	-
25/06/2018	25/06/2021	123%	381	-
26/06/2018	28/06/2021	123%	281	-
27/06/2018	28/06/2021	123%	295	-
28/06/2018	28/06/2021	123%	1.063	-
29/06/2018	29/06/2021	123%	1.107	-
Total			**11.799**	**-**

12. Outras obrigações: a. Fiscais e previdenciárias: Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão representados por:

	2018	2017
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	15.427	18.829
Impostos e contribuições a recolher	107	108
Outros impostos	673	690
Total	**16.207**	**19.627**
Passivo circulante	16.207	19.627

b. Diversos: Em 30 de junho de 2018 e 2017, estão representados por:

	2018	2017
Obrigações trabalhistas	417	453
Contas a pagar	4.970	5.462
Contingências (nota 13.b)	1.678	1.823
Total	**7.065**	**7.738**
Passivo circulante	5.387	5.915
Exigível a longo prazo	1.678	1.823

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a. Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2018 e de 2017, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização. **b. Passivos contingentes:** Em 30 de junho de 2018, a Sociedade integra o polo passivo de 410 processos ações cíveis, sendo que foi solicitada a sua exclusão do polo passivo em 30 ações em que a Sociedade figura como requerida. Os 410 processos em trâmite referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, tais como: inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio de condenação nessas ações é de R$ 1,9 e o valor provisionado no montante de R$ 957 tem como base o êxito da Sociedade e o valor da causa de cada processo. A Sax também possui 8 ações trabalhistas ativas com valor provisionado de R$ 721. **c. Perdas possíveis:** Em 30 de junho de 2018, o valor aproximado de processo administrativo, avaliado com o grau de risco de perda possível e não provisionado atualizado está estimado em R$ 971 (R$ 1.052 em 2017), relacionados a IRPJ e CSLL, e relacionados referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008. Para processos administrativos oriundos de Declaração de Compensação (DCOMPs), avaliado com o grau de risco de perda possível e não provisionado está estimado em R$ 2.094.

Movimentação das provisões e das obrigações legais

2018	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	691	1.102	1.793
Constituição de provisão	183	444	627
Baixas por encerramento	(153)	(589)	(742)
Saldo em 30 de junho de 2018	721	957	1.678

2017	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	312	1.227	1.539
Constituição de provisão	246	155	397
Baixas por encerramento	-	(113)	(113)
Saldo em 30 de junho de 2017	558	1.269	1.823

d. Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária. **14. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 30 de junho de 2018, o capital social, no montante de R$69.000 (R$69.000 em 2017), totalmente integralizado, é representado por 9.945.518 ações, sendo 4.972.759 ações ordinárias nominativas e 4.972.759 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **b. Reservas:** ***Reserva Legal:*** Constituída à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. ***Reservas Estatutárias:*** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, apurado em cada balanço, após outras destinações previstas em disposições legais. Por decisão de reunião da Diretoria, foram aprovadas as seguintes distribuições a título de dividendos:

Mês	Valor por ação (R$)	Valor proposto/distribuído
Junho de 2017	0,5268	5.240
Junho de 2018	0,4707	4.682

c. Reservas de lucros: Em 30 de junho de 2018, o lucro líquido do semestre, deduzido da reserva legal e do dividendo proposto, foi destinado para reserva especial de lucros no montante de R$ 14.045 (R$ 15.719 em 2017). **d. Distribuição de lucros:** Em 08 de Maio de 2018, a instituição realizou a distribuição de R$ 35.000 em dividendos, sendo estes compostos por R$ 18.206 deduzido da reserva especial de lucros, R$ 9.787 que já estavam registrados no passivo da organização e R$ 7.006 distribuídos em caráter de distribuição antecipada de dividendos. **15. Imposto de renda e contribuição social:** Em 30 de junho de 2018 e 2017, a demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representada:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	35.477	40.134
- Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(15.965)	(18.060)
Efeito das adições e exclusões permanentes no resultado do semestre.		
- Receitas não tributáveis / (despesas não dedutíveis)	200	(12)
Despesas de imposto de renda e contribuição social do semestre	(15.765)	(18.072)

Em 22 de maio de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2014, que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e pelas instituições financeiras, de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

16. Demonstração do resultado

a. Operações de crédito

	2018	2017
Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos	74.670	68.302
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.928	10.874
Total	**78.598**	**79.176**

b. Resultado de aplicações interfinanceiras

	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.238	1.147
Total	**1.238**	**1.147**

c. Operações de captação no mercado

	2018	2017
Despesas com captações	2.483	642
Total	**2.483**	**642**

d. Receita de prestação de serviços

	2018	2017
Comissão de corretagem de seguros	3.196	3.402
Receitas de taxa de confecção de cadastro	5.264	5.622
Total	**8.460**	**9.024**

e. Despesas de pessoal

	2018	2017
Proventos	1.400	1.365
Encargos sociais	439	454
Benefícios	236	243
Treinamento	26	26
Total	**2.101**	**2.088**

f. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.104	1.432
Despesas com serviços técnicos especializados	2.737	3.515
Despesas com processamento de dados	1.357	1.129
Depreciações e amortizações	36	22
Despesas de viagens	-	14
Despesas de comunicações	411	309
Despesas de propaganda, publicidade e publicações	887	676
Despesas compartilhadas (*)	13.306	14.689
Outras	224	208
Total	**20.062**	**21.994**

(*) As despesas compartilhadas referem-se a despesas tais como administrativas e de pessoal, reconhecidas na Marisa para atividades desenvolvidas para a Sax, as quais são compartilhadas utilizando o critério de rateio definido pela Marisa Lojas S.A., de acordo com a participação de cada empresa sobre a Receita Operacional Líquida do grupo econômico avaliada anualmente.

g. Despesas tributárias

	2018	2017
COFINS	3.330	3.112
ISS	423	451
PIS	541	506
Total	**4.294**	**4.069**

h. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesas com processos cíveis e trabalhistas	1.379	977
Diversos	139	33
Total	**1.518**	**1.010**

17. Transações e saldos com partes relacionadas: Transações com controladores (diretas e indiretas): Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	2018	2017
Ativo circulante		
Outros créditos diversos - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)	(66)	670
Outros créditos diversos - Club Administradora de Cartões Ltda. (Coligada)	748	557
Total	**682**	**1.227**
Passivo circulante		
Outras obrigações diversas (*) - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)	3.934	4.419
Obrigações por emissão de letras financeiras - Marisa Lojas S.A (Controladora indireta)	-	180
Dividendos a pagar - Max Participações Ltda. (Controlador)	4.682	5.240
Total	**8.616**	**9.839**
Resultado		
Outras despesas administrativas - Club Adm. Cartões de Crédito Ltda. (Coligada) Aluguéis de imóveis	10	10
Outras despesas administrativas - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) Despesas de correspondente bancário	94	77
Despesas compartilhadas	13.306	14.689
	13.410	**14.776**

(*) Os saldos referente as outras obrigações diversas, são compostos substancialmente por valores referente à operação de compartilhamento de despesas entre a Sax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e a Marisa Lojas S.A.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Sax não realizou pagamento de prêmios ou comissões à diretoria e à administração. **18. Limites operacionais:** Conforme Resolução CMN nº 4.193, de 01 de março de 2013 e Circular Bacen nº3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PR), o Índice da Basiléia para a data-base 30 de junho de 2018 é 21,74% (21,13% em 2017). **19. Gerenciamento de risco:** A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitem o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigente, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os fundamentos: • Visão integrada de riscos; • Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; • Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e • Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranet) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias do negócio ou na metodologia de gestão do risco. Adicionalmente em cumprimento a Resolução CMN nº 4.193/13, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

A DIRETORIA

CONTADORA - Heberlet Gibim Leoterio - CRC 1SP233311/O-4

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da
SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

INFORMAÇÃO TEM EM TODO LUGAR.

INFORMAÇÃO DE VALOR, SÓ A GENTE TEM.

O Valor Econômico tem a melhor equipe de jornalistas que apura e analisa as notícias que importam para o seu negócio.

assinevalor.com.br

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios.

Ligue e assine agora:
0800-701-8888

SIGA O VALOR NAS REDES SOCIAIS.

@VALOR_ECONOMICO